

Pandemia da covid-19: implicações para as escolas municipais na cidade de São Gonçalo/RJ

Sueli de Lima Moreira - Professora na Faculdade Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - limamoreirasueli@gmail.com

Evelin Claro - Professora Orientadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil- evelinclaro@gmail.com

Ruth Ramiro - Professora Supervisora Educacional da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil - ruthramiro@gmail.com

Resumo

Este artigo se baseia nas concepções de Paro (2003; 2014) e Fernandes (2008) ao tomar a avaliação como instrumento de gestão democrática necessária em momentos de crise como a causada pela pandemia de covid-19. A pesquisa foi realizada por meio de metodologia quali-quantitativa a fim de verificar as condições de trabalho remoto praticado pelas escolas municipais de São Gonçalo (RJ). Foram realizadas consultas a 161 professores, 114 estudantes e 204 responsáveis. Os resultados indicam expressiva exclusão digital e ausência de diálogo de gestores com as escolas, assim como de professores com estudantes e suas famílias, o que configura séria desorganização pedagógica. Observa-se, em razão do quadro apresentado, a necessidade de uma reconfiguração do papel da avaliação frente a atual crise educacional causada pela Pandemia.

Palavras-chave

Escola pública; avaliação; covid-19.

Abstract

This article is based on Paro (2003; 2014) and Fernandes (2008)'s conceptions in taking the evaluation as a necessary democratic management tool in moments of crisis like the one caused by the covid-19 pandemic. The research was carried out using a quali-quantitative methodology in order to verify the remote working conditions practiced by the municipal schools of São Gonçalo (RJ). Consultations were made with 161 teachers, 114 students and 204 people in charge. The results indicate significant digital exclusion and lack of dialogue between

managers and schools, as well as between teachers and students and their families, which is a serious pedagogical disorganization. It is observed, due to the picture presented, the need for a reconfiguration of the role of evaluation in face of the current educational crisis caused by the Pandemic.

Keywords

Public school; evaluation; covid-19.

Resumen

Este artículo se basa en los conceptos de Paro (2003; 2014) y Fernandes (2008) al tomar la evaluación como una herramienta de gestión democrática necesaria en tiempos de crisis como la provocada por la pandemia del covid-19. La investigación se llevó a cabo mediante una metodología cuali-cuantitativa con el fin de verificar las condiciones de trabajo a distancia practicadas por las escuelas municipales de São Gonçalo (RJ). Se consultó a 161 profesores, 114 alumnos y 204 directivos. Los resultados indican una importante exclusión digital y una falta de diálogo entre los gestores y las escuelas, así como entre los profesores y los alumnos y sus familias, lo que constituye una grave desorganización pedagógica. Se observa, debido al cuadro presentado, la necesidad de una reconfiguración del papel de la evaluación frente a la actual crisis educativa provocada por la pandemia.

Palabras clave

Escuela pública; evaluación; covid-19.

INTRODUÇÃO

A pesquisa, de caráter quali-quantitativo, orientou-se pelo objetivo de verificar as condições às quais as escolas municipais de São Gonçalo (RJ) foram submetidas durante o enfrentamento da crise causada pela pandemia da covid-19 na educação pública do município. O trabalho, elaborado por professores de escolas e estudantes de licenciaturas, com a aplicação de metodologia participativa, apresenta os resultados e análise de uma avaliação realizada entre junho/julho de 2020 com 161 professores, 114 estudantes e 204 responsáveis, integrantes da rede municipal.

Com base nas contribuições teóricas de Paro (2003; 2014) e de Fernandes (2008), compreende-se a avaliação numa outra perspectiva epistemológica, ou seja, como instrumento

para o desenvolvimento de uma gestão democrática nas escolas públicas. Nessa perspectiva teórica, a avaliação tem o objetivo de promover a participação de educadores, estudantes, funcionários e responsáveis não só nas condutas cotidianas, mas também em situações que implicam a necessidade de tomar decisões em momentos de crises, como a causada pela pandemia do covid-19 em 2020. Concebe-se o trabalho pedagógico como uma rede de relações entre sujeitos, o que requer uma atitude necessariamente democrática que respeite o outro em sua dimensão subjetiva e histórica, conforme defende Paro (2003):

Poder-se-ia dizer que a oposição à promoção escolar não é uma conduta original adstrita ao ensino, mas derivada de atributo mais abrangente e arraigado na personalidade das pessoas, que se refere à maneira como encaram o outro na condição de sujeito (p. 73).

Tomando como princípio a “avaliação formativa alternativa” proposta por Fernandes (2008, p. 356), a comunidade escolar é constituída de sujeitos capazes de produzir respostas frente ao contexto em que vivem. Para o autor, a “avaliação formativa alternativa” tem pressupostos epistemológicos diferenciados, constitui-se por meio da participação da comunidade escolar e gera conhecimentos socialmente referenciados, já que estão em diálogo com os integrantes e seus contextos.

Paro (2003, 2014) e Fernandes (2008) reconhecem que essa proposta epistemológica para a avaliação escolar, apesar de ter sólida base empírica, ainda não integra o cotidiano de escolas. O desafio, afirmam, está na concepção do papel das escolas na sociedade. Os problemas vivenciados com a pandemia no campo da educação pública nos convidam à revisão dos objetivos da escola, que se orienta, geralmente, pela transmissão de conhecimentos.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Artigo 205, estabelece que a Educação deve ter como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Garantir esses e outros direitos indicados na Carta Magna constitui grandes desafios para gestores e profissionais da educação.

Para cumprir os objetivos explicitados na Constituição Federal de 1988, Paro (2003, 2014) e Fernandes (2008) trazem importantes contribuições no que se refere a pensar a educação como um processo que transcende a mera transmissão de conhecimentos. Ou seja, um processo em que a transmissão de conhecimentos esteja fundamentada em relações cidadãs, no pleno desenvolvimento de pessoas para o exercício do trabalho numa sociedade democrática.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em razão da disseminação do vírus sars-coV-2. Entre as orientações da OMS,

destaca-se, como medida fundamental, o distanciamento social. Para garantir isso, muitas atividades foram suspensas, inclusive as de escolas e universidades.

Na cidade de São Gonçalo, RJ, as aulas da rede municipal de educação foram interrompidas em 16 de março de 2020 (Decreto Nº 063/2020). Em 31 de março de 2020, por meio da Portaria nº 057/2020, a Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo (SEMED) determinou que cada escola organizasse a condução dos trabalhos pedagógicos respeitando o isolamento social. Ficou a cargo de cada instituição de ensino desenvolver e disponibilizar atividades pedagógicas utilizando-se das mídias digitais. No entanto, a Portaria não estabeleceu as condições para o trabalho remoto de estudantes e professores. Em julho de 2020, a SEMED publica a Portaria 087/2020 sobre a reorganização das atividades educacionais para 2020. Essa Portaria explicitou a exigência de registros e encaminhamentos das atividades realizadas desde o início da pandemia, tais como o cumprimento das 800 horas, sem desvincular o ano letivo do civil para o fechamento do calendário de 2020.

Nesse período, o campo da educação pública na cidade de São Gonçalo foi diretamente impactado pelo poder jurídico por meio de atos disciplinares relacionados à normatização das relações escolares. A reorganização da rede municipal foi sendo elaborada com base em orientações de agentes externos à escola, sem conceder espaço para ouvir seus integrantes.

Nesse contexto, amplificaram-se os desafios da educação pública na cidade, e a comunidade se envolveu em inúmeros debates sobre como trabalhar com a educação em tempos de pandemia. Complexas questões pedagógicas somam-se às de infraestrutura escolar e às socioeconômicas, entre as quais está a falta da alimentação escolar para estudantes afastados das escolas. Buscando colaborar com esses desafios, o Grupo de Pesquisa Coletivo Investigador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) organizou esta pesquisa, partindo da premissa de que era preciso avaliar as condições de que dispunham as comunidades escolares da rede municipal de educação para encontrar soluções para os problemas que emergiram desse novo contexto.

O estudo procurou compreender os desafios que professores, estudantes e responsáveis da Rede Municipal de São Gonçalo enfrentavam em razão da pandemia. Formulada para as plataformas digitais, a pesquisa se constituiu de três questionários distintos considerando os grupos diferenciados de estudantes, professores, pais ou responsáveis.

A coleta de dados da pesquisa se deu no período de 15 de junho a 13 de julho de 2020. Os formulários foram encaminhados por meio de diversos grupos de aplicativos de mensagem

instantânea, obedecendo às condições impostas pela Comissão de Ética da Comissão de Ética da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Plataforma Brasil, como a livre participação e a garantia de que as identidades dos sujeitos da pesquisa não fossem reveladas.

Sobre São Gonçalo

A vinte quilômetros da capital do estado do Rio de Janeiro está localizada a cidade de São Gonçalo com área total de 248,4 km², que corresponde a 5% da área da Região Metropolitana do estado. Em 2020, a população de São Gonçalo estimada pelo IBGE era de 1.091.737 habitantes, sendo o 16º município mais populoso no Brasil, e o segundo mais populoso entre os 92 municípios que compõem o estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2020).

O município de São Gonçalo tem sido marcado por intensa desigualdade socioespacial, com sérios problemas de infraestrutura, mobilidade urbana, falta de equipamentos coletivos, baixo desenvolvimento econômico e altos índices de violência. De acordo com o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – ISP, no período de janeiro a novembro de 2020, São Gonçalo foi o terceiro município da região metropolitana com maior quantidade de apreensão de adolescentes por práticas de atos infracionais. Ocupou a mesma posição quanto ao registro de roubos e ficou em quarto lugar quanto a registros de ocorrências de estupros. No que se refere a crimes violentos letais intencionais, o município ocupou a segunda posição (RIO DE JANEIRO, 2020).

Num contexto assim, é notório que a educação na cidade de São Gonçalo, antes mesmo da pandemia, já apresentava diversos problemas, agravados pela falta de professores, equipamentos e infraestrutura que comprometem a qualidade do ensino (VOLOTÃO, 2020). No ano de 2017, o IDEB do município referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental foi 4,5 e o relativo aos anos finais, 3,4. O IDEB 2019 da rede pública cresceu para 4,6, e 3,6, respectivamente, mas não atingiu a meta (BRASIL, 2020).

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2019 (BRASIL), a rede municipal tinha 41.320 estudantes matriculados, sendo 5.859 na Educação Infantil, 31.319 no Ensino Fundamental e 4.142 na EJA, acomodados em 110 unidades escolares próprias e 33 creches conveniadas. São 67 escolas públicas ofertando vagas para o ensino médio, sendo 66 estaduais e um instituto federal. Na rede particular, as vagas para o ensino médio estão distribuídas em 61 escolas.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2019), quanto à taxa de distorção idade-série, 23% dos alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, 37% dos alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental e 37,2% dos alunos do ensino médio da cidade de São Gonçalo registraram defasagem em 2018. As escolas privadas apresentam taxas de distorção idade-série menores, mas, assim como acontece na rede pública, são os meninos que apresentam as maiores taxas.

2 METODOLOGIA

O trabalho apresentado é parte de uma série de pesquisas que vêm sendo realizadas, há cerca de seis anos, por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Formação de professores da UERJ que intencionam colaborar para a ressignificação das epistemologias da formação docente, investindo em relações dialógicas e democráticas entre escolas e universidades. Metodologicamente, trabalha-se com pesquisa-ação pedagógica, conforme Franco (2016), opção que busca articular pesquisa, ação e formação por meio de uma práxis científica contextualizada nas relações entre os distintos sujeitos, instituições e políticas que constituem o campo da formação docente. A pesquisa-ação destinada à formação contínua de professores foi denominada por Franco (2016) de Pesquisa-ação-pedagógica.

Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa são fundamentados no cotidiano escolar e investigam caminhos para ressignificação da formação de professores por meio de ações conjuntas entre escolas e universidades ancoradas em seus desafios vivenciados em todos os seus distintos contextos educacionais. A experiência tem-nos mostrado que, com a instauração de um outro espaço para a pesquisa e a formação, podemos avançar na direção de uma outra epistemologia pedagógica (WALSH, 2010) desenvolvida “desde” e “com” os professores das escolas e estudantes de licenciaturas. Inspirados em Nóvoa (2017), interessamos a instauração de outras relações para a formação docente, relações baseadas na partilha, na diversidade de experiências e nos contextos de vida e ação profissional dos envolvidos.

O trabalho foi organizado em sete etapas realizadas remotamente por meio de encontros virtuais:

1. Formulação coletiva do objetivo da pesquisa, identificação da situação-problema e seleção de conceitos e autores capazes de fundamentar o trabalho;

2. Desenvolvimento coletivo dos “Termos de Consentimento” para a Comissão de Ética, de forma a garantir a elaboração conjunta das relações entre os sujeitos investigados, os pesquisadores e suas responsabilidades na pesquisa;
3. Construção coletiva da estratégia de pesquisa e seus instrumentos com base no objetivo delimitado. Em razão do isolamento social imposto pela pandemia, recorreu-se a questionários virtuais desenvolvidos em plataformas virtuais divulgados por meio de grupos de plataformas de mensagens constituídos de professores, estudantes e responsáveis na Rede Municipal de São Gonçalo;
4. Aplicação (como teste), em grupos de mensagens instantâneas, dos questionários elaborados. Com base nos resultados obtidos, chegou-se à versão final para distribuição;
5. Divulgação da pesquisa, durante o período de coleta de dados (quatro semanas) por meio de campanhas com transmissões ao vivo em canais da internet. Os questionários, em sua versão final, utilizava um recurso disponível na plataforma que impedia que a mesma pessoa pudesse responder duas vezes ao mesmo questionário.
6. Análise de dados realizada por meio de processos de trabalho coletivos já desenvolvidos pelo grupo de pesquisa em outras ocasiões. Os dados objetivos são identificados automaticamente pelo Google e interpretados pelo grupo de pesquisa na relação direta com os autores e conceitos que sustentaram a problematização da pesquisa. A interpretação é deduzida da relação método e fontes. Trata-se de uma fase extensa, trabalhosa, já que não somos habituados a partilhar conclusões e a pensar no plural. No entanto, em busca de outra epistemologia para a avaliação e para a formação docente, o grupo de pesquisa investe na dimensão do debate científico com transparência e instrumentos críticos. A ciência é o reino da discutibilidade: só pode ser aceito como científico aquilo que for discutível.
7. Publicação dos dados, em setembro de 2020 no Relatório Técnico Pesquisa Educação e Pandemia na cidade de São Gonçalo: o que dizem professores, estudantes e responsáveis, no qual são apresentados todos os procedimentos amostrais, instrumentos e os dados reunidos.¹

¹ Disponível para consulta em <https://coletivoinvestigad.wixsite.com/website>

3 A PESQUISA

O trabalho tinha como foco a identificação dos desafios que professores, estudantes e responsáveis da Rede Municipal de São Gonçalo enfrentavam com a pandemia de covid-19. Formulada para as plataformas digitais, a pesquisa se constituiu de três questionários distintos com perguntas direcionadas a estudantes, professores e responsáveis. Aplicando-se a metodologia quali-quantitativa, com o objetivo de compreender as condições das escolas municipais de São Gonçalo (RJ) no enfrentamento da crise instaurada na pandemia, o estudo apresenta os resultados e a análise de uma consulta realizada entre junho/julho de 2020 com 161 professores, 114 estudantes e 204 responsáveis, integrantes dessa rede.

3.1 Entrevista com professores

O formulário, contendo 18 perguntas fechadas, foi divulgado em diversos grupos de plataformas de mensagens instantâneas e esteve disponível para acesso durante 29 dias, de 15/6 a 13/7 de 2020.

Obtivemos 161 respostas de professores da Rede Municipal de São Gonçalo, o que representa cerca de 6% dos professores da rede. Dos professores que responderam à pesquisa, 25% trabalham na Educação Infantil, 40,8%, no Ensino Fundamental I, 16,8%, no Ensino Fundamental II, 3,8%, na Educação de Jovens e Adultos - EJA (I), 6%, na EJA (II) e 7,6%, na Educação Especial. Esses, no total, professores trabalham com 6.698 alunos, aproximadamente 15% do total de alunos da Rede Municipal de São Gonçalo.

A grande maioria – 99% dos professores – afirma ter acesso à internet. Tendo em vista que esta pesquisa foi realizada por meio de aplicativos de comunicação, é possível afirmar que a amostra coletada é representativa da situação dos docentes na atual conjuntura. No entanto, a pesquisa comprova que o fato de 99% dos professores terem acesso à internet não refletiu na eficácia de alcance aos alunos em sua totalidade, como se pode ver adiante.

O acesso à internet se dá de diferentes formas: 53,80% dispõem de banda larga; 33,9% têm plano no celular pós-pago, 10,8% acessam por celular com plano pré-pago, e 1,6% utilizam rede comunitária.

Os dados indicam que 53,8% dos professores da Rede Municipal de São Gonçalo possuem conexão banda larga em casa e, portanto, condição estável de acesso. Todavia, para uma outra grande parte, 46,3%, as condições de acesso à internet são limitadas. Ou seja, um expressivo número de professores da Rede Municipal tem frágeis condições de trabalho remoto.

Após a suspensão das aulas no dia 16 de março de 2020, 54,6% dos professores afirmaram ter participado de debates para a construção de estratégias pedagógicas de acordo com as novas condições de trabalho remoto, e 45,4% disseram não ter participado, conforme demonstrado no gráfico 1.

GRÁFICO 1- Participação de professores nos debates para construção de estratégias pedagógicas para o trabalho remoto



Fonte: elaborado pelas autoras

Os números apresentados no gráfico revelam a ausência de uma ação coordenada por parte de gestores municipais com relação às orientações para as escolas, que acabaram ficando com a responsabilidade pela condução da crise. Essa ineficácia da gestão pública indica falta de estratégias e de condições de trabalho remoto.

A pesquisa revela que 45,4% dos professores não foram consultados por seus diretores e coordenadores sobre as condições de trabalho remoto após o fechamento das escolas em março de 2020.

Em tempo de desafios para a educação pública, a solução negociada democraticamente por toda a comunidade escolar não faz parte da realidade das escolas municipais gonçalenses (GRAF. 2), que negam o processo contínuo da avaliação, já que esta pressupõe a participação coletiva de toda a comunidade escolar de forma democrática e planejada, como uma ação de práticas coletivas.

GRÁFICO 2 – Participação da comunidade escolar no planejamento pedagógico em condições de trabalho remoto



Fonte: elaborado pelas autoras

O resultado mostrado no gráfico denuncia a exclusão da comunidade escolar no processo de avaliação do processo pedagógico que seria implementado nas condições impostas pela pandemia, já que 67,1% dos professores afirmaram que suas respectivas escolas não consultaram as famílias e os estudantes sobre as novas condições de ensino. Segundo um número menor, 32,9%, houve consulta às famílias ou aos responsáveis. Percebe-se que os professores tiveram maior espaço de escuta por parte dos gestores/diretores, visto que 54,6% deles participaram de debates, enquanto somente 32,9% dos pais ou responsáveis foram consultados.

Ao serem questionados sobre o contato virtual com os estudantes no período de isolamento social, 63,8% dos professores afirmaram que não tiveram nenhum contato com seus alunos. Apenas 36,2% afirmam que realizaram contatos por meio de redes sociais e plataformas

virtuais de comunicação. Destes, 33% o fizeram pelo Facebook, 40%, pelo WhatsApp, 25%, por plataformas de vídeo e comunicação – 12% utilizando o Youtube, e 2% por troca de e-mail. Embora esses recursos sejam pouco habilitados para atividades educativas, os professores indicaram que 75,9% desses contatos foram estabelecidos para o desenvolvimento de atividades escolares. Importante destacar que o Facebook determina a idade mínima de 13 anos de idade para sua utilização.

Dos 36,2% que conseguiram contatos, quando perguntados sobre o alcance em relação ao total de alunos para os quais lecionam, 20,9% afirmam alcançar apenas 0-10% do total de alunos; 16,4% mensuram o alcance entre 10-20%; 29,9% estimam um alcance entre 20-30%, e somente 9% afirmam ter conseguido alcançar 90-100% dos seus alunos. Esses dados revelam que, nas atuais condições, é impossível a realização de ensino remoto na Rede Municipal de São Gonçalo, visto que dos 36,2% de professores que conseguiram acesso aos estudantes, cerca de 67,2% só conseguiram acesso a, no máximo, 30% de seus alunos, o que caracteriza a falta de condições para a educação remota. No que se refere à interação com os alunos estabelecida no período de isolamento, 36,4% a consideram boa, 40% julgam-na razoável, e 23,6%, ruim.

Em relação à interação com estudantes portadores de necessidades especiais, 74,3% relataram não ter conseguido desenvolver atividades para esses alunos.

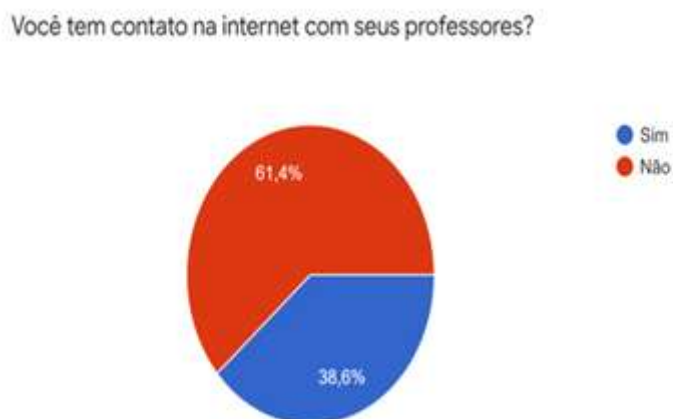
Ao serem questionados quanto ao posicionamento que adotam frente à crise atual da educação, 44,7% dos professores defendem “a suspensão do ano letivo, desvinculando-o do calendário civil”; 25,7% defendem “a realização de atividades escolares sem a obrigatoriedade da frequência e avaliações”; 10,5% defendem “a realização do ensino remoto cumprindo programas e avaliações regulares”, e 19,10% optaram por “nenhuma das respostas” indicadas.

3.2 Entrevistas com estudantes

O formulário para estudantes foi encaminhado a diversos grupos de plataformas de mensagens instantâneas e esteve disponível para acesso durante 29 dias – de 15/6 a 13/7 de 2020. Obteve-se um total de 114 respostas. O questionário continha 11 perguntas, sendo oito fechadas e três abertas, e foi dividido em três partes: 1) Identificação; 2) Relações com a escola e 3) Relações com a pandemia.

Um percentual bastante significativo de 61,4% de estudantes afirma que não teve qualquer contato com os professores, enquanto 38,6% manifestaram resposta positiva, conforme demonstrado no gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Porcentagem de alunos que mantêm contato com seus professores a distância



Fonte: elaborado pelas autoras

Quanto à sondagem relacionada aos estudantes das escolas municipais de São Gonçalo, obteve-se um total de 114 respostas com o seguinte recorte proporcional: 8,77% do 1º ano; 7,89 do 2º ano; 13,16% do 3º; 8,77% do 4º; 14,04% do 5º ano; 8,77% do 6º; 10,53% do 7º ano; 9,65% do 8º ano; 13,16% do 9º ano; 5,26% da Educação de Jovens e Adultos.

Quando perguntados sobre como se sentem estando afastados das escolas, a maioria dos estudantes, 66,67%, respondeu que sente saudades, 14,91% se consideram bem distantes da escola, 14,04% afirmam que não se sentem bem, estando afastados do ambiente escolar, e 4,39% não souberam responder.

Em relação aos contatos com as escolas, o estudo mostra que há um hiato no contato virtual entre alunos e professores.

Dos 38,6% que estabeleceram contato, 56,8% utilizaram plataformas de mensagens instantâneas, e 43,2% o fizeram pelo Facebook. As plataformas de vídeo- comunicação, Instagram e e-mail não foram mencionadas.

As atividades escolares oferecidas foram consideradas deficitárias, em virtude de várias circunstâncias, o que fez aumentar o grau de dificuldades dos estudantes e, conseqüentemente, o baixo nível de aprendizagem.

Quanto às dificuldades encontradas para a resolução das atividades, constata-se que são vários os fatores que contribuem para isso, conforme se verifica no gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Dificuldades encontradas pelos alunos para resolução das atividades propostas durante o ensino remoto

Quais dificuldades você encontra para a realização das atividades?



Fonte: elaborado pelas autoras

No que se refere à resolução das atividades propostas pelos professores, 74,6% dos estudantes afirmaram realizá-las em casa, e 25,4 alegaram não tê-las recebido. Entre os que as receberam, 78,8% informam que conseguem realizá-las, e 21,2% não conseguem por diferentes motivos: 10% não têm como ter acesso a elas, 24% não entendem as propostas, 28% sentem falta dos professores na mediação, 4% afirmam que não têm condições emocionais para realizá-las, 7% não têm espaço físico, 10% consideram a quantidade excessiva.

Para os 25,4% que receberam as atividades, quando perguntados sobre o significado dessas atividades na avaliação deles, 68,2% dos estudantes afirmam que elas estão contribuindo para manter o contato com as escolas, mas 31,8% discordam dessa afirmativa. Considerando esses mesmos 25,4%, 70,6% desse grupo consideram que as atividades têm favorecido o aprendizado, enquanto 29,4% dizem que elas não contribuem para uma aprendizagem efetiva.

Quando perguntados se querem deixar algum comentário, manifestam a sensação de estar prejudicados pela suspensão das aulas presenciais e acreditam que o ideal seria a anulação do ano letivo. Também se mostram preocupados em relação à ajuda material para se alimentar: “Só queria saber como vai ficar isso. Se vai reprovar quem não tem acesso aos deveres online ou se vão aprovar todos?”. “Me sinto prejudicada pela falta de atividades presenciais”. “Devem enviar ajuda de custo melhor (merenda).”

Por último, perguntou-se aos estudantes como eles têm-se protegido para evitar a covid-19. Eles podiam marcar mais de uma resposta, e o resultado foi o seguinte: 79% praticam o isolamento social, 77,3% se previnem com o uso de álcool em gel, 74,8% lavando as mãos com água e sabão, e 74,8%, com o uso de máscara. Um percentual de mais 75% de estudantes diz estar seguindo os protocolos sanitários contra covid-19 e mostra certo conhecimento das razões de estarem em casa.

3.3 Entrevista com os pais ou responsáveis:

O formulário para a sondagem com os pais ou responsáveis foi encaminhado para diversos grupos de mensagens instantâneas e esteve disponível para acesso durante 29 dias – de 15/6 a 13/7 de 2020. Foram 204 respostas recebidas a um questionário que continha 14 perguntas, sendo 10 fechadas e 4 abertas. O formulário foi dividido em três partes: 1) Relações com a pandemia; 2) Identificação e 3) Relações com a escola.

Das 204 respostas obtidas por meio de grupos de mensagens, 99,5% demonstram que os entrevistados estão cientes dos riscos da pandemia para a sociedade. Sobre os cuidados, constatou-se que 95,1% estão se protegendo lavando as mãos com água e sabão, 95,6% usando máscaras, 92,6% fazendo uso de álcool em gel, e 0,5% não têm se protegido.

No que se refere à preocupação com a covid-19, 94% dos responsáveis se sentem preocupados, 5% disseram se sentir tranquilos, e 1% se mostraram indiferentes. No grupo, 80,4% afirmaram conhecer alguém que foi contaminado pelo vírus, e 19,6% afirmaram não

conhecer. Dos que afirmam conhecer pessoas que testaram positivo para a covid-19, 27,4% afirmam tratar-se de um familiar, 47,6%, de um amigo, 25%, de um conhecido. Entre os principais problemas enfrentados, destacam: financeiros (61,8%), emocionais (48,5%), de saúde (14,7%) e dificuldades para trabalhar (46,6%). Se somados os 14,7% que relatam estar enfrentando dificuldades com relação à saúde e os 48,5% que relatam dificuldades emocionais, chega-se a 63,2% de responsáveis com dificuldades para alcançar bem-estar, percentual maior dos que relatam dificuldades no aspecto financeiro (61,8%).

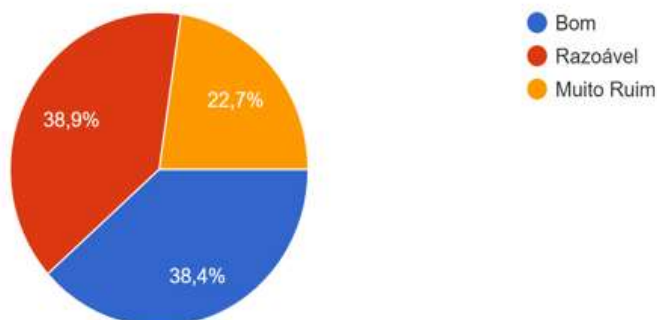
Das 204 pessoas que responderam ao formulário, 31,4% são responsáveis por alunos e alunas da Educação Infantil, 17,6%, do 1º ano do Ensino Fundamental, 17,6%, do 2º ano do Ensino Fundamental, 22,1%, do 3º ano do Ensino Fundamental, 8,8%, do 4º ano do Ensino Fundamental, 16,7%, do 5º ano do Ensino Fundamental, 7,8%, do 6º ano do Ensino Fundamental, 6,4% do 7º ano do Ensino Fundamental, 5,4%, do 8º ano do Ensino Fundamental, e 5,9%, do 9º ano do Ensino Fundamental.

Sobre o contato que estabelecem com a escola, 58,8% têm mantido esse contato por meio do WhatsApp, 43,1%, pelo Facebook, 4,4%, por e-mail, 5,4% por meio de ligações telefônicas, e 11,3% disseram não ter tido qualquer contato. Conforme outra opção indicada, 1% afirma ter contato presencial com professoras.

Sobre a qualidade do contato entre escola e os pais ou responsáveis, torna-se importante destacar que mais de 60% dos pais não estão satisfeitos quanto à relação com a escola nesse tempo da pandemia, conforme demonstrado no gráfico 5.

GRÁFICO 5- Relação entre escola e pais ou responsáveis durante a pandemia

Como avalia o contato que tem mantido com a escola?



Fonte: elaborado pelas autoras

Constata-se que, quanto à percepção dos pais ou responsáveis, apenas 38,4% avaliam o contato com a escola como bom. Consideram esse contato razoável 38,9%, e 22,7% afirmam ser muito ruim.

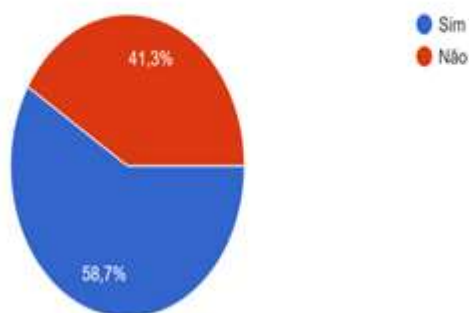
Em relação ao acesso à internet, 68,6% dos responsáveis alegaram possuir internet, e 31,4% dizem não ter acesso. A respeito das atividades escolares, 70,1% dos responsáveis dizem receber da escola propostas de atividades, mas 29,9% respondem negativamente a essa pergunta. Dos que estão recebendo, 63,4% pontuaram que as tarefas têm contribuído para a formação do estudante, porém 35,7% não corroboram essa opinião. Assim, 49% informam ter acesso às atividades, 38,5%, apenas de maneira parcial, e 12,6% não conseguem esse acesso.

Quando perguntados se conseguem acompanhar as tarefas dos estudantes, mais de 41% dos pais ou responsáveis encontram alguma dificuldade na realização das atividades escolares, encaminhadas pelas escolas.

Questionados sobre a possibilidade de contato com os professores para tirar dúvidas sobre as atividades recebidas, 58,7% consideram-no possível, enquanto 41,3% encontram dificuldade para contatar os docentes, conforme mostrado no gráfico 6.

GRÁFICO 6- Possibilidade de contato com os professores para resolução de dúvidas

Quando você tem dúvidas sobre as atividades recebidas consegue contato com os professores para esclarecê - las?



Fonte: Elaborado pelas autoras

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela que a situação das Escolas Municipais de São Gonçalo no contexto de isolamento social causado pela pandemia de covid-19 torna ainda mais grave a precarização do trabalho docente e põe em maior evidência as desigualdades socioeducacionais.

Com a pandemia e a suspensão das aulas presenciais, muitos docentes viram-se diante de uma situação que lhes exigia muito mais do que trabalhar nas unidades de ensino em condições precárias. Viram-se diante de um grande desafio: promover um ensino não presencial para estudantes de uma classe social à qual não é garantido nem mesmo o direito à alimentação. Sem formação para esse fim e sem recursos tecnológicos que pudessem garantir condições para desenvolver o trabalho pedagógico, os professores viram suas condições de trabalho ficarem ainda mais precárias.

Por outro lado, a pesquisa mostra que a maior parte do público alvo, estudantes, não tem acesso à internet e a recursos digitais exigidos para o acesso a aulas virtuais. As atividades remotas só podem ser uma alternativa na Rede Municipal de São Gonçalo se forem garantidas as condições amplas de acesso. A desigualdade social e a exclusão digital inviabilizam o ensino remoto para muitos estudantes e isso se torna um fator que acirra a desigualdade educacional. Diante de tantos desafios, um projeto de ensino participativo, construído com o diálogo de todos os atores envolvidos nos espaços de educação se mostra ainda mais necessário. Um projeto que possa garantir a todos os estudantes o direito à educação, por meio de um trabalho pautado nas

diferentes realidades com vistas a assegurar condições de aprendizagem que reduzam os processos de exclusão e precarização que vêm deteriorando as relações pedagógicas.

Os dados obtidos comprovam que, diante de um grande desafio, como o que escolas e gestores educacionais experimentaram com a chegada do covid-19, não há metodologia que possibilite o desenvolvimento da avaliação como instrumento de gestão democrática. As escolas básicas em São Gonçalo, RJ, não estão organizadas para a prática democrática, não há investimento para organização de uma gestão estruturada com base em avaliações internas para as tomadas de decisões conjuntas. Apoiada em Paro (2003, 2014) e Fernandes (2008), a pesquisa confirma que a avaliação, como instrumento de gestão, só seria possível se o objetivo para as práticas escolares estivesse pautado na formação de sujeitos historicamente constituídos para responder aos desafios sociais que lhes são impostos. Por isso, entendemos que o quadro gerado pela pandemia pode ser uma oportunidade de ampliação dos objetivos escolares para além da simples transmissão de conhecimentos. Afinal, é isso que preconiza a Constituição Federal do Brasil de 1988. A avaliação como instrumento democrático para enfrentamento de problemas é prática desafiadora, não comumente implementada nas escolas. Entretanto, ela se torna ainda mais necessária diante de condições radicais como as impostas pela pandemia de covid-19. Considerando os problemas advindos dessa situação emergencial, demonstrados nesta pesquisa, confirma-se a importância de uma gestão escolar orientada por avaliações pedagógicas internas, de forma a compreender a escola como espaço cidadão.

O que vimos com o advento da pandemia foi a confirmação de que a escola é estruturada verticalmente – alguém dá ordens e alguém obedece. A pesquisa revela que a educação pública em São Gonçalo, RJ, tem de se reestruturar para o diálogo democrático se quiser que suas comunidades escolares se comprometam com as medidas que precisam ser implementadas. Há que se buscar condições de trabalho estruturados por meio da escuta, da partilha de decisões, de maneira que seja possível viabilizar uma outra rotina escolar coerente com a vida pública que pulsa em seu interior. A avaliação pode ser um instrumento de gestão, um método de trabalho, mas deve estar atrelada, principalmente, ao papel que a escola pública deve desempenhar, pois uma gestão verdadeiramente pública é aquela que nasce das relações democráticas e nelas se estrutura. Assim sendo, como afirma Paro (2014), o gestor estará realmente trabalhando legitimamente como representante da instituição pública. Caso contrário estará exercendo uma mera função burocrática.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Censo Escolar, 2018. Disponível em: <http://qedu.org.br>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. *Revista Estudos em Avaliação Educacional*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 41, p. 347- 372, set./dez, 2008.

FRANCO, M. A. Pesquisa-Ação Pedagógica: práticas de empoderamento e participação. *Revista de Educação Temática*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 511-513, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>_Acesso em: 5 ago. 2020

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA–INEP, Brasília. *Sinopses estatística da educação básica*. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso em: 5 ago. 2020.

NÓVOA, Antônio. Firmar a posição como Professor, afirmar a profissão Docente., *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.47, n.166, p. 1106-1133, 2017.

PARO, Vitor Henrique. *Reprovação escolar: renúncia à educação*. São Paulo: Ed. Xamã, 2003.

PARO, Vitor Henrique Progressão continuada, supervisão escolar e avaliação externa: implicações para a qualidade do ensino. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro v. 16, n. 48, p. 695-815, set./ dez. 2011

PARO, Vítor Henrique. *Diretor escolar: educador ou gerente?* São Paulo: Cortez, 2014.

SÃO GONÇALO. Prefeitura Municipal. Decreto nº 061/20, de 13 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, São Gonçalo, 13 de março de 2020.

SÃO GONÇALO. Portaria nº 057, de 31 de março de 2020. Dispõe sobre as orientações para as unidades de ensino das Redes Pública Municipal e Privada do Sistema de Ensino, de São Gonçalo, no período, de medidas de isolamento social previstas pelas autoridades municipais na prevenção e combate à covid-19. *Diário Oficial do Município*, São Gonçalo, 31 de março de 2020.

SÃO GONÇALO. Portaria nº 087, de 2 de julho de 2020. Dispõe sobre a reorganização das atividades educacionais para o ano letivo de 2020 nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de São Gonçalo e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. São Gonçalo, 22 de julho de 2020.

SÃO GONÇALO. Decreto nº 063, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (covid-19) no âmbito do poder executivo municipal, além de medidas complementares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, e dá outras providências. *Diário oficial do Município*, 16 de março de 2020.

SILVA.T.C. *A Escola no Espaço e o Espaço da Escola: o ensino da geografia e sua contribuição para a compreensão das dinâmicas socioespaciais*. 2017. Monografia- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Rio de Janeiro, 2017.

VOLOTÃO, G.S.R. *Qualidade nas políticas de Avaliação da Educação Básica: a experiência da Rede Municipal de São Gonçalo/RJ*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el insurgir, re-existir y re-vivir. *Revista de Educación en el Lenguaje, la Literatura y la Oralidad*, La Paz, n. 3-4, Feb. 2010.